



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 082/2021  
**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Saúde

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicitação de acesso à íntegra de todos os estudos, com dados e microdados, que confirmariam a eficácia de 78% da Coronavac, especificando o universo pesquisado dividido por faixa etária, gênero, raça, grupo de controle e estágio da doença nos infectados. Adequado atendimento da demanda. Sigilo legal. Provimento negado.

**DECISÃO OGE/LAI nº 082/2021**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Saúde, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para acesso à íntegra de todos os estudos, com dados e microdados, que confirmariam a eficácia de 78% da Coronavac, especificando o universo pesquisado dividido por faixa etária, gênero, raça, grupo de controle e estágio da doença nos infectados.
2. Em resposta e recurso, o ente explicou que as informações são protegidas por sigilo contratual, apresentando os dispositivos legais que impedem o atendimento da demanda. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. No caso em análise, verifica-se que o ente disponibilizou corretamente a informação, justificando a impossibilidade de fornecer os documentos solicitados, por estarem protegidos pelo sigilo legal, em conformidade com o disposto no artigo 29 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
4. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção,, de acordo com o artigo 25 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI).
5. Considerando que o ente atendeu adequadamente o pedido de informações formulado pelo interessado, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º c/c artigo 22 da referida Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do citado Decreto nº 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias,

Classif. documental	006.03.02.001
---------------------	---------------

**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado



arquivem-se os autos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Ouvidor Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado